



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA TURMA

Processo nº : 13819.002469/98-05

Recurso nº : 203-118906

Matéria : PIS

Recorrente : FAZENDA NACIONAL

Recorrida : 3ª CÂMARA DO SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Interessado : TERMOMECÂNICA SÃO PAULO S/A

Sessão de : 24 de janeiro de 2006

Acórdão nº : CSRF/02-02.232

PIS – DECADÊNCIA. O prazo decadencial para a Fazenda Nacional constituir o crédito pertinente à contribuição para o Programa de Integração Social – PIS é de 05 anos, como definido no CTN, não se aplicando ao caso a norma do artigo 45 da Lei 8.212/1991.

Recurso especial negado.

Vistos relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto pela FAZENDA NACIONAL.

ACORDAM os Membros da Segunda Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso , nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencido o Conselheiro Antonio Bezerra Neto que deu provimento ao recurso.

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS  
PRESIDENTE

  
HENRIQUE PINHEIRO TORRES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 04 JUL 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes conselheiros: JOSEFA MARIA COELHO, ROGÉRIO GUSTAVO DREYER, ANTONIO CARLOS ATULIM, DALTON CÉSAR DE MIRANDA, FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE, ADRIENE MARIA DE MIRANDA e MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR.

Processo nº : 13819.002469/98-05  
Acórdão nº : CSRF/02-02.232

Recurso nº : 203-118906  
Recorrente : FAZENDA NACIONAL  
Interessado : TERMOMECÂNICA SÃO PAULO S/A

## RELATÓRIO

Por bem relatar os fatos em tela, transcrevo o relatório do acórdão recorrido:

*"Auto de infração (fls. 01/03), lavrado em 29/09/1998 com vistas a evitar a decadência, imputou débito de PIS à Recorrente, que com acréscimos de juros e multa alcançou a cifra de R\$26.948,38.*

*O débito teria sido configurado a partir de sustentado inadimplemento da Recorrente quanto à contribuição aludida, devida no período de 01/92. A exação despontava como foco de debate em demanda judicial, na qual os montantes correspondentes estavam sendo depositados, fato confirmado pelo termo de constatação fiscal acostado à fl. 04.*

*Impugnação ofertada às fls. 43/52, na qual a Recorrente suscitou a decadência dos créditos imputados por meio do auto de infração referido, afirmando a improcedência da cobrança, porquanto refletiria a intenção do Fisco federal de exigir o PIS descartando a semestralidade disposta no artigo 6º da Lei Complementar nº 7/70. Atacou, por fim, o cômputo de juros de mora ao lançamento, pleiteando o cancelamento do auto de infração.*

*Decisão (fls. 91/104) monocrática da DRJ em Campinas – SP entendeu proceder a cobrança fiscal, havendo esta Câmara (fls. 150/155) anulado o processo desde tal provimento (inclusive) por força da inaceitável delegação de competência consumada no feito, motivo pelo qual novo édito (fls. 158/168) emanou da Instância de piso confirmado a exigência tributária.*

*Recurso Voluntário (fls. 174/181) renovou os ataques formulados em impugnação."*

Acordaram os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso quanto à decadência. O *decisum* foi assim ementado:

*"PIS. DECADÊNCIA. A decadência do PIS é de 05 (cinco) anos contados da data da ocorrência do fato gerador de tal contribuição, segundo previsto no §4º do artigo 150 do CTN.*

*Recurso provido"*

A Fazenda Nacional, por meio de seu Procurador, apresentou Recurso Especial, fls. 205/219, protestando contra o prazo decadencial adotado pelo acórdão recorrido. O Especial fazendário foi recebido por meio do Despacho nº 435/2004, fl. 223.

A contribuinte apresentou Contra-Razões ao Especial interpuesto, fls. 231/253, alegando falta de prequestionamento da matéria atacada, argumentando, ainda, que o prazo decadencial do PIS é de 5 (cinco) anos contados da data da ocorrência do fato gerador de tal contribuição.

É o Relatório.

VOTO

Conselheiro HENRIQUE PINHEIRO TORRES Relator

O recurso apresentado pelo Procurador da Fazenda Nacional merece ser conhecido por ser tempestivo e atender aos pressupostos de admissibilidade.

A teor do relatado, o apelo ora em análise cinge-se à questão do prazo decadencial para constituição do crédito tributário do PIS.

No tocante à decadência dessa contribuição, o meu posicionamento é no sentido de que essa espécie tributária sujeita-se ao prazo decadencial estabelecido no artigo 45 da Lei 8.212/1991, como assim votei até a sessão de julgamento de maio de 2004. Todavia, em respeito à assentada jurisprudência deste Colegiado, que tem decidido reiteradamente pelo prazo quinquenal, resguardo minha posição para curvar-me ao entendimento da maioria e passar a adotar, também, o prazo limite de cinco anos para a Fazenda Nacional constituir o crédito tributário pertinente à contribuição para o PIS, nos termos do Código Tributário Nacional.

O CTN dá duas formas para se contar o prazo decadencial, na primeira delas o termo de início deve coincidir com data de ocorrência do fato gerador, quando o sujeito passivo tenha antecipado o pagamento, e, na segunda, o termo *a quo* é o 1º dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento já poderia ter sido efetuado, quando não tiver havido antecipação de pagamento ou ainda houver sido verificada a existência de dolo, fraude ou simulação, por parte do sujeito passivo. Nesse caso, independe de ter havido ou não pagamento.

Analisando os autos, verifica-se que a contribuinte chegou a recolher parcialmente a contribuição devida. Daí, o termo inicial ser o previsto no § 4º do artigo 150 do Código Tributário Nacional. De outro lado, o crédito tributário em discussão, cuja ciência do lançamento fora dada em 29/09/1998 (fl. 01), refere-se a fato gerador ocorrido em janeiro de 1992. Aplicando-se a regra da decadência estabelecida no parágrafo suso mencionado, vê-se que o direito de Fazenda Nacional constituir o pertinente crédito encontrava-se, à época da ciência do lançamento fiscal, extinto pelo decurso do quinquênio legal. //

*Henrique Pinheiro Torres*

Processo nº :13819.002469/98-05  
Acórdão nº : CSRF/02-02.232

Com essas considerações, voto no sentido de negar provimento ao recurso apresentado pela Fazenda Nacional.

Sala de Sessões, em 24 de janeiro de 2006.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres

